



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 16 a 20 de abril de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -

1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Câmara aprova proposta que obriga conselhos a fornecer informações básicas sobre profissionais](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou nesta terça-feira (17) o Projeto de Lei 1944/15, do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), que obriga os conselhos profissionais a disponibilizar informações básicas sobre os trabalhadores registrados nessas entidades. De acordo com o texto, os conselhos devem informar o nome, o número de registro, a especialidade e o local de trabalho do profissional. A consulta poderá ser feita pela internet. Em parecer lido pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR), o relator na CCJ, deputado Osmar Serraglio (PP-PR), defendeu a aprovação. Durante os debates, o deputado Luiz Couto (PT-PB) ressaltou que o texto “vai atender o direito dos consumidores de terem acesso às informações básicas dos prestadores de serviço”.

[Medida Provisória que altera reforma trabalhista perde a validade](#)

A Medida Provisória 808/17, que modifica diversos pontos da lei que instituiu a reforma trabalhista (Lei 13.467/17), perderá a validade nesta segunda-feira (23). O texto não foi analisado pela comissão mista, que não chegou a ter um relator eleito. O posto caberia a um deputado. O texto trazia mudanças a 17 artigos da reforma e fazia parte de um acordo firmado pelo presidente Michel Temer com os senadores quando o projeto da reforma foi votado no Senado, em julho de 2017. Entre os assuntos tratados estão os trabalhos intermitente e autônomo, a representação em local de trabalho, as condições de trabalho para grávidas e lactantes e a jornada 12x36, entre outros pontos.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Comissão mista sobre MP que criou Ministério da Segurança analisa plano de trabalho](#)

A comissão mista sobre a Medida Provisória 821/18, que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, reúne-se nesta tarde para apresentação do plano de trabalho. A MP criou a pasta a partir do remanejamento de atribuições e competências antes vinculadas ao Ministério da Justiça. A comissão mista é presidida pelo deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP), e o relator é o senador Dário Berger (PMDB-SC). Há na pauta pedidos de audiências com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann; com o advogado e ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardoso; e com representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional, além de professores e pesquisadores.

[Comissão aprova indenização por atividade de risco para agentes de segurança pública](#)

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou na quarta-feira (18) o parecer do deputado Cabo Sabino (Avante-CE) ao, que concede indenização por atividade de risco, de no mínimo 30% da remuneração total, aos servidores integrantes do sistema de segurança pública. A medida beneficia policiais (civis, federais, militares e rodoviários), bombeiros militares, agentes



penitenciários, policiais legislativos federais, agentes socioeducativos, agentes de trânsito e guardas municipais. As quatro últimas carreiras foram incluídas no projeto pelo relator, que fez ainda ajustes no texto para adequá-lo à legislação brasileira.

1.3 POLÍTICA

Líder do Psol questiona análise prévia de impacto fiscal de projetos de lei

O líder do Psol, deputado Ivan Valente (SP), apresentou questão de ordem ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, contrariamente à decisão do presidente, de dezembro do ano passado, de submeter os projetos de lei recém-apresentados pelos deputados a uma análise quanto à indicação de fontes de recursos (aumento de receita ou diminuição de despesa). Valente argumenta que esse controle deveria voltar a ser somente feito durante a tramitação do projeto, pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT). “Não é possível que uma decisão de servidores da Casa, por mais altamente qualificados que sejam, se sobreponha à análise que cabe aos representantes eleitos pelo povo fazer nas comissões temáticas”, afirmou.

Comissão discute nesta tarde parecer ao projeto do novo Código de Processo Penal

O parecer do relator não inclui no novo CPP regras para a delação premiada - por entender que casos especiais devem ser tratados em lei específica -, nem a possibilidade de acusados e investigados serem conduzidos à força para prestar depoimento (condução coercitiva).

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o novo Código de Processo Penal (CPP) reúne-se nesta tarde para eleger o presidente e conhecer a primeira versão do substitutivo do relator-geral, deputado João Campos (PRB-GO). A reunião estava prevista para ontem, mas foi adiada.

Parecer à PEC que garante prisão após 2ª instância será apresentado em maio

O relator de proposta de emenda à Constituição (PEC 410/18) que deixa claro no texto constitucional a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), encaminhou um plano de trabalho nesta quarta-feira (18) ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputado Daniel Vilela (PMDB-GO). O objetivo é apresentar o relatório já no mês que vem. De acordo com o plano apresentado por Bueno, no mês de abril a comissão realizaria audiências públicas com juristas e representantes da sociedade civil, e uma mesa redonda para debater dados do Poder Judiciário acerca da confirmação ou revisão de sentenças penais condenatórias.

Criada comissão externa para verificar as condições em que o ex-presidente Lula está preso em Curitiba

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, autorizou na terça-feira (17) a criação de uma comissão externa para que deputados possam verificar as condições em que se encontra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. A comissão, composta por dez parlamentares, não terá custo para a Câmara. No documento em que pede a criação do colegiado, os parlamentares afirmam que alguns fatos justificam a visita, como áudio captado no voo que levou Lula a Curitiba sugerindo que o ex-presidente seja jogado do avião. “Decisões arbitrárias de isolamento do ex-presidente ferem princípios básicos dos direitos humanos”, afirmam.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS



Projeto inclui todos os crimes de pedofilia na Lei dos Crimes Hediondos

O Projeto de Lei 1776/15, em análise na Câmara dos Deputados, inclui todos os crimes de pedofilia na Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90). A pena para esses crimes deve ser cumprida inicialmente em regime fechado e é insuscetível de anistia, graça, indulto e fiança. Pelo texto do deputado Paulo Freire (PR-SP), passariam a ser hediondos os crimes de induzir alguém menor de 14 anos a satisfazer outra pessoa sexualmente; praticar ato sexual na presença de menor de 14 anos a fim de satisfazer o próprio desejo ou de outra pessoa; produzir, vender, publicar, adquirir ou armazenar material pornográfico envolvendo criança ou adolescente; e ainda assediar criança a fim de praticar ato libidinoso com ela.

CCJ aprova prisão para quem reproduz imagem aviltante de cadáver em meio de comunicação

O texto aprovado foi um substitutivo do relator, deputado Fausto Pinato (PP-SP), ao Projeto de Lei 2175/15, do deputado Cícero Almeida (PHS-AL). O substitutivo tipifica, no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), o crime de vilipêndio de cadáver perpetrado nos meios de comunicação. A proposta estabelece pena de detenção de um a três anos e multa para quem reproduz – em qualquer meio de comunicação – imagens ou cenas aviltantes de cadáver ou parte dele. A pena é aumentada em 1/3 se o responsável pela divulgação tiver acesso às imagens por meio de sua profissão.

1.5 RELAÇÕES EXTERIORES

Organizações internacionais discutem assistência do Brasil a migrantes venezuelanos

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 820/18, que prevê acolhimento a migrantes que vieram para o Brasil por conta de crises humanitárias em seus países, realiza novo debate nesta tarde. A MP foi editada devido ao grande número de venezuelanos que estão em Roraima. Ontem os parlamentares aproveitaram a presença de representantes do governo federal para reivindicar mais recursos e rapidez nas providências para acomodar quem atravessa a fronteira da Venezuela para o Brasil em busca de melhores condições de vida.

Procuradora do Trabalho denuncia exploração de venezuelanos em Roraima

Durante reunião da comissão mista que analisa a medida provisória (MP 820/18), que trata do acolhimento de estrangeiros que se refugiam no Brasil para escapar de crises humanitárias em seus países, a procuradora Cristiane Lopes, do Ministério Público do Trabalho, reclamou da demora na emissão de carteiras de trabalho para os venezuelanos que estão em Roraima. O debate aconteceu nesta quarta-feira (18).

A procuradora ressaltou que a mediação de órgãos públicos na oferta de trabalho é importante para evitar a exploração de mão-de-obra. Cristiane Lopes enumerou os setores que detêm maior número de denúncias de violação de direitos trabalhistas dos estrangeiros que atravessaram a fronteira.

Plenário aprova acordo sobre serviços aéreos com Emirados Árabes Unidos

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (19) acordo internacional firmado em 2017 com os Emirados Árabes Unidos sobre serviços aéreos. Por meio do texto, conhecido como “céus abertos” (*open skies*), os dois países conferem privilégios para as companhias aéreas de ambas as nações. Os termos do acordo aprovado, que seguem para análise do Senado, estão previstos no Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 774/17. Pelo texto, empresas aéreas dos dois países terão, por exemplo, direto de sobrevoar e de fazer escalas para fins não comerciais no território do outro país.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (23)

8h30

Comissão Especial sobre Licitações (PL 1292/95)

Seminário para debater o PL 6814/17, que propõe uma nova Lei de Licitações.

Auditório da OAB/PR - Curitiba (PR)

10 horas

Sessão Solene

Homenagem aos 20 Anos do Ensino a Distância da Universidade do Maranhão.

Plenário Ulysses Guimarães

11 horas

Sessão Solene

Homenagem aos 58 anos de Brasília.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Encontro para tratar dos problemas enfrentados pelos produtores de leite.

Câmara de Vereadores do Município de Lajeado (RS)

TERÇA-FEIRA (24)

9 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Audiência pública sobre os desafios para a sustentabilidade da Amazônia com a obra do Ferrogrão (EF-170), ferrovia projetada para ligar os estados de Mato Grosso e Pará.

Foram convidados, entre outros, a presidente da Associação Pariri do Povo Munduruku, Alessandra Korap; a diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Larissa Carolina Amorim dos Santos; e o superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Sufer/ANTT, Alexandre Porto Mendes de Souza.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

O evento continua à tarde.

Plenário 2

9h30

Sessão Solene

Homenagem ao Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, em memória das vítimas de acidentes de trabalho.

Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissão de Educação

Audiência pública para debater a situação da primeira infância no Brasil.

Foi convidado o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo.

Plenário 10

10h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Audiência pública para discutir sobre a compra de medicamentos para doenças raras.

Foram convidados os presidentes da Associação Maria Vitória de Doenças Raras e Crônicas,



Rodrigo Araújo; da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Raras (Afag), Maria Cecília de Oliveira; e do Instituto Vidas Raras, Regina Prospero; o presidente-executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Antonio Britto; o diretor o da Diretoria de Gestão Institucional da Anvisa, Pedro Ivo Sebba Ramalho; e representantes do Ministério da Saúde.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 7

11 horas

Comissão Mista sobre a MP 812/17

Medida provisória que altera o cálculo de taxas de juros para fundos constitucionais de desenvolvimento regional.

Apreciação de relatório da deputada Simone Morgado (PMDB/PA).

Plenário 3 da Ala Alexandre Costa, no Senado

14 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Audiência pública para debater o descumprimento das condicionantes ambientais, por parte do Consórcio Norte Energia, na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Bacia do Xingu.

Foram convidados, entre outros, o defensor público-geral da União, Carlos Eduardo Barbosa Paz; o diretor-presidente do Consórcio Norte Energia S/A, Paulo Roberto Ribeiro Pinto; e a presidente do Ibama, Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo.

Plenário 15

14 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Continuação da audiência pública sobre os desafios para a sustentabilidade da Amazônia com a obra do Ferrogrão (EF-170), ferrovia projetada para ligar os estados de Mato Grosso e Pará.

Foram convidados, entre outros, o procurador Regional da República do MPF Felício de Araújo Pontes Júnior; a liderança Kayapó, cacique geral Beporoti ; e a advogada do ISA - Instituto Socioambiental, Biviany Astrid Rojas Garzon.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 2

14 horas

Comissão de Direitos e Humanos e Minorias

Audiência pública sobre a estagnação dos processos de demarcação de terras e violações de direitos humanos dos povos indígenas no Brasil.

Foram convidados o Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Franklinberg Ribeiro de Freitas; o Coordenador da 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, Luciano Mariz Maia; representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzato; e representantes dos povos indígenas.

Plenário a definir

14 horas

Comissão Especial sobre a Inovação Tecnológica da Saúde

Discussão e votação do relatório do deputado Hiran Gonçalves (PP-RR).

Plenário 15

14h30

Comissão Especial que Torna Permanente o Fundeb (PEC 15/15)

Audiência pública para discussão da proposta de substitutivo à PEC, análise do texto e de sugestões para o seu aprimoramento.

Foram convidados o presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), Rubens Barbosa de Camargo, e o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

Plenário 9



14h30

Comissão Especial sobre a Entidade Municipal para propor ADIN e ADC (PEC 253/16)

Eleição dos vice-presidentes; definição do roteiro de trabalhos; e deliberação de requerimentos .
Plenário 6

14h30

Comissão Externa sobre a Fiscalização da Concessionária ECO 101 - BR 101/ES

Deliberação de requerimentos.
Plenário a definir

14h30

Comissão Especial sobre Licitações (PL 1292/95)

Audiência pública para debater o PL 1292/95 (e apensados) e votação de requerimentos. Foram convidados, entre outros, os presidentes da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Murilo Celso de Campos Pinheiro; do Instituto Negócios Públicos, Rudimar Barbosa dos Reis; e a especialista em contratações governamentais, licitações infraestrutura e regulação, Alécia Paolucci Nogueira Bicalho.
Plenário 14

14h30

Grupo de Trabalho sobre o Mercado de Debêntures no Brasil

Audiência pública para discutir o tema. Foram convidados, entre outros, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn e o subsecretário da Dívida Pública, Secretaria do Tesouro Nacional, José Franco Medeiros de Moraes.
Plenário 16

14h30

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de redações finais e projetos.
Plenário 1

14h30

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Sorteio de novo nome, em substituição ao deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), para compor a lista tríplice para a escolha do relator do processo 24/18, contra o deputado Alberto Fraga (DEM-DF); apresentações, discussões e votação do pareceres preliminares referentes aos processos 20/18, contra o deputado João Rodrigues (PSD-SC); 22/18, contra o deputado Ivan Valente (Psol-SP); e 23/18, contra o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ).
Plenário a definir

14h30

Comissão Especial sobre Seguros Privados (PL 3139/15)

Apresentação do parecer do relator, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP).
Plenário 7

14h30

Comissão Especial sobre a Privatização da Eletrobras (PL 9463/18)

Audiência pública para discutir o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Foram convidados os presidentes da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Silvan Zaidan Gama, e do Conselho da Fundação Renova, Wilson Nélio Brumer; o diretor-executivo da Secretaria de Meio Ambiente de Sergipe, Ailton Francisco da Rocha; e o ex-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo.
Plenário a definir

15 horas

Comissão Especial sobre Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 9796/18)

Discussão e votação do parecer da relatora, deputada Rosangela Gomes (PRB-RJ).
Plenário 11



15 horas

Comissão Especial sobre Código de Processo Penal (PL 8045/10)

Eleição do presidente; e apresentação de minuta do substitutivo do relator-geral, deputado João Campos (PRB-GO); e votação de requerimentos.

Plenário 3

15 horas

Comissão mista sobre a MP 818/18

Medida provisória que amplia o prazo para o desenvolvimento urbano integrado. Apreciação de relatório do deputado Fausto Pinato (PP-SP).

Plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado

15h30

Comissão Especial sobre o Marco Regulatório da Economia Colaborativa

Audiência pública para debater sobre o tema economia colaborativa transversal; e eleição dos vice-presidentes.

Foram convidados, entre outros, o subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência (SEAE/Ministério da Fazenda /MF), Angelo José Mont'Alverne Duarte; e o diretor de Relações Institucionais e Mídia da Associação Proteste, Henrique Lian.

Plenário 15

16 horas

Votações em Plenário

Entre outros itens, está na pauta o projeto de lei que torna obrigatória a participação de todos os consumidores no cadastro positivo.

Plenário Ulysses Guimarães

16h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Audiência pública para debater o PL 7814/17, que dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Controle e Rastreamento de produtos médico-hospitalares nos serviços de saúde pública e privada e dá outras providências.

Foram convidados representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa e da Associação Brasileira de Automação (GS1 Brasil)

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 7

18 horas

Comissão do Esporte

Mesa redonda para debater com os Secretários Estaduais de Esporte o PL 6718/16, que trata sobre os recursos dos concursos de prognósticos e loterias federais.

Foram convidados, entre outros, os secretários de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude de Sergipe, Antônio Hora Filho; e de Alagoas, Cláudia Aniceto Caetano Petuba.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 4

QUARTA-FEIRA (25)

9 horas

Sessão Solene

Homenagem póstuma ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães.

Após a solene, haverá a abertura da exposição "Luís Eduardo, 20 anos depois" no Salão Nobre.

Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Audiência pública para debater a questão das armas químicas e biológicas.

Foram convidados o professor de Estudos Brasileiros e do Departamento de Estudos de Guerra



do King's College London, Vinicius Mariano de Carvalho; representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa; representante da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).
Plenário 3

9 horas

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública para discutir a implantação, no Brasil, da Patente Mercosul de que tratam a Resolução GMC nº 33/14 e a Resolução Contran nº 729/2018 (padronização das placas de veículos dos países do Mercosul).

Foram convidados, entre outros, a presidente da Comissão de Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul, senadora Mirtha Palácios; o diretor do Denatran e presidente Contran, Maurício José Alves Pereira; representantes da Argentina e do Uruguai.

Plenário 11

9h30

Comissão de Defesa do Consumidor

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 8

9h30

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 5

9h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 7

9h30

Comissão de Finanças e Tributação

Eleição de vice-presidentes.

Plenário 4

10 horas

Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento dos Legislativos Municipais

Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e dos Tribunais de Contas Municipais (Fenalegis)

Fundação da Frente, instalação e divulgação de sua atividade parlamentar.

Auditório Nereu Ramos

10 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

10 horas

Comissão de Educação

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 10

10 horas

Comissão de Finanças e Tributação

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 4

10 horas



Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 12

10 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 9

10 horas

Comissão de Minas e Energia

Eleição dos vices-presidentes e votação de requerimentos e projetos.

Plenário 14

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Audiência pública para debater a Assistência Hospitalar dos Navios Esperança na Região Amazônica.

Foi convidado o Comando do 9º Distrito Naval, capitão de fragata Criveraldo Cardoso de Oliveira, do Comando do 9º Distrito Naval; votação de projetos e requerimentos.

Plenário 15

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Eleição de presidente e vice-presidentes; votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

10 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 2

10h30

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

11 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 3

11 horas

Comissão de Viação e Transportes

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 11

11 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Eleição de presidente.

Plenário 16

14 horas

Comissão do Esporte

Votação de acordo de procedimentos e de projetos e requerimentos.

Plenário 4

14 horas

Comissão de Legislação Participativa



Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 3

14 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Eleição dos vice-presidentes.
Plenário 6

14 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 14

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para discutir uma agenda, num contexto de austeridade, a fim de subsidiar a elaboração do plano de trabalho da comissão e eventuais ações conjuntas com outras entidades. Foram convidados a procuradora federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Deborah Duprat; o presidente do CNDH, do Ministério dos Direitos Humanos, Fabiana Severo; o representante da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil, Darci Frigo; e o secretário-executivo da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil, Enéias da Rosa.
Plenário 9

14h30

Comissão de Cultura

Votação de projetos e requerimentos; logo após haverá **audiência pública** para discutir o fim do registro da profissão de artista: "Valorização da arte ou precarização da profissão?" Foram convidados, entre outros, o ator e diretor Sérgio Mamberti e os representantes da Cooperativa Paulista de Dança, Sandro Borelli, e do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão no Estado de Pernambuco (Sated/PE), Ivonete Melo.
Evento interativo pelo **e-Democracia**
Plenário 10

14h30

Comissão de Turismo

Audiência pública para debater o processo de concessão à iniciativa privada do Aeroporto Gilberto Freyre, em Recife, e do Aeroporto Zumbi dos Palmares, em Maceió. Foram convidados, entre outros, representantes do Ministério de Transportes, da Infraero e da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).
Plenário 5

14h30

Comissão Especial sobre as Licitações (PL 1292/95)

Audiência pública sobre o tema. Foram convidados, entre outros, o professor de direito administrativo da Faculdade de Direito da USP e da FGV/SP Rodrigo Pagani de Souza; o advogado especialista em direito administrativo e concorrential André Marques Gilberto; e o economista, gestor governamental e professor na Escola Nacional de Administração Pública Ciro Campos Christo Fernandes.
Plenário 4

14h30

Comissão Especial sobre as Agências Reguladoras (PL 6621/16)

Audiência pública sobre o tema. Foram convidados o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida; o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira; e o diretor-presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa da Silva Junior.
Plenário a definir



14h30

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Audiência pública para debater mecanismos de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Foram convidados, entre outros, a secretária nacional de Políticas para Mulheres, Fátima Pelaes; a consultora técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde, Cheila Marina de Lima; o secretário Nacional de Segurança Pública, Carlos Alberto dos Santos Cruz; e a pesquisadora Jackeline Aparecida Ferreira Romio.

Evento interativo pelo **e-Cidadania**.

Plenário 9 da Ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão mista sobre a MP 821/18

Audiência pública sobre a medida provisória que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Foram convidados o ministro do STF Alexandre de Moraes; o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo; e representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, da Justiça e da OAB.

Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado

16 horas

Votação em Plenário

Proposições remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

17 horas

Encontro em prol da Reforma Tributária Solidária.

Tema: "Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil"

Salão Nobre

19 horas

Abertura da exposição "Dom João VI e a Construção do Brasil".

Foram convidados parlamentares, servidores e autoridades.

Café do Salão Verde

QUINTA-FEIRA (26)

8h30

Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo

Seminário em comemoração ao Dia do Legislador e debate sobre a regulamentação dos jogos.

Foram convidados, entre outros, o senador do estado de Ohio (EUA) Willian P. COLley, a ex-senadora do estado de Nevada (EUA) Becky Harris e o diretor do Departamento de Planejamento e Controle de Jogos do Ministério do Turismo de Portugal, Paulo Duarte Lopes.

Plenário 2

9 horas

Votação em Plenário

Proposições remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Itens remanescentes da reunião anterior.

Plenário 1

9h05

Sessão Solene



Homenagem aos 45 Anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Audiência pública destinada à discussão sobre o cercamento com grades dos prédios residenciais localizados no Cruzeiro Novo (DF). Foram convidados, entre outros, o prefeito Comunitário em Defesa do Cruzeiro Novo, Ênio Ferreira da Silva; o presidente do Movimento em Defesa do Cruzeiro Novo, Salin Siddartha; o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Carlos Madison Reis.

Plenário 13

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

15 horas

Câmara dos Deputados

Palestra "A Música como Alimento Espiritual"

Auditório Nereu Ramos

SEXTA-FEIRA (27)

9 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Encontro dos representantes da comissão em Anta Gorda (RS), durante a 7ª FestLeite para debater a cadeia produtiva do leite.

Foi convidado o secretário da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, Airton Spies.

Sociedade Cultural e Recreativa Carlos Gomes - Anta Gorda (RS)

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

15 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia Mundial do Tai Chi e Chi Kung

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/556131-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Aprovado projeto que exige uso de detectores de metal em estádios

O uso de detectores de metal e a gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos podem se tornar obrigatórios. É o que está previsto no projeto de Lei da Câmara (PLC) 67/2017, aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte



(CE) nesta terça-feira (17). A proposta, do deputado Jorginho Mello (PSDB-SC), tratava inicialmente da instalação de equipamentos de segurança em arenas e estádios credenciados para a realização de jogos oficiais da Copa do Mundo de 2014, sediados no Brasil. O texto aprovado na Câmara, no entanto, foi ampliado.

Senado aprova acordo internacional para construção de ponte entre Brasil e Paraguai

O Senado aprovou nesta terça-feira (17) proposta que permite a construção de uma ponte rodoviária entre Brasil e Paraguai (PDS 17/2018). A ponte, sobre o Rio Paraguai, faz parte do chamado Corredor Bioceânico, e ligará as cidades de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, e Carmelo Peralta, no Paraguai. A obra deverá ser custeada em partes iguais pelos governos das duas nações. O ato internacional foi firmado em Brasília, em 8 de junho de 2016, e inicialmente aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, por tratar de matéria de interesse daquele bloco regional.

Ricardo Ferraço defende o fim do foro privilegiado para crimes comuns

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defendeu nesta terça-feira (17) em Plenário o fim do foro privilegiado no caso de crimes comuns, que classificou como um "privilégio insustentável". Ele reconheceu que, em sua origem, o foro privilegiado tinha o de proteger os parlamentares de serem processados por suas ideias ou posições políticas. Esta era uma grande preocupação, ressaltou, logo após a ditadura militar. Ferraço observou, porém, que há uma "diferença brutal entre o remédio e o veneno". E a diferença está exatamente na dose de um e de outro. Como bem sabemos, infelizmente, o que era para ser uma prerrogativa de função foi convertido no mais legítimo mecanismo de impunidade. Hoje, pasmem, estima-se que mais de 37 mil brasileiros façam parte dessa corte de diferenciados, privilegiados, que não são julgados pela Justiça comum. A prerrogativa se tornou, portanto, um privilégio insustentável. E, o pior, com o resultado de, no lugar de proteger a democracia, blindar práticas delituosas — declarou o senador.

CCJ aprova proposta para assegurar proteção social a filhos de pais e mães presos

Mais proteção social a crianças com pai ou mãe encarcerados foi aprovada nesta quarta-feira (18) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entre as mudanças, previstas no PLS 43/2018, está a possibilidade de concessão de prisão domiciliar para mães com filhos menores de 12 anos. A proposta, da senadora Regina Sousa (PT-PI), segue para a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH), onde receberá decisão terminativa. O PLS altera normas que tratam dos direitos de crianças e jovens - o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) - além do Código de Processo Penal – CPP (Decreto-Lei 3.689/1941).

Comissão da MP que criou o Ministério da Segurança Pública ouvirá autoridades do setor em audiências

A comissão mista responsável por analisar a medida provisória que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MP 821/2018) aprovou nesta quarta-feira (18) o plano de trabalho do colegiado. A comissão ouvirá em duas audiências públicas autoridades ministeriais e gestores em esfera federal dos órgãos públicos que estarão subordinados ao novo ministério.

O plano de trabalho, apresentado pelo relator, senador Dário Berger (PMDB-SC), prevê que sejam ouvidas na primeira audiência os ministros Raul Jungmann, do novo ministério; Torquato Jardim, da Justiça; Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), além de Claudio Lamachia, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e do procurador da União e ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.



3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Questionadas normas que vinculam decisões do Conselho de Recursos do Seguro Social (CRSS) a pareceres da AGU

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5918, com pedido de medida liminar, contra dispositivos da Lei Complementar 73/1993 e do Regimento Interno do Ministério da Previdência Social (MPS). A entidade afirma que as normas vinculam as decisões do Conselho de Recursos do Seguro Social (CRSS) aos pareceres normativos da Advocacia-Geral da União. Para a CNTTT, ao estabelecerem que as atribuições exercidas pelo Conselho não podem estar em dissonância com os pareceres normativos da AGU, aprovados pelo ministro da Previdência Social ou pelo presidente da República, as normas violam o “caráter democrático e paritário do colegiado, cuja função precípua é o controle das decisões do INSS”.

Possibilidade de prisão após segunda instância é objeto de nova ADC no Supremo

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ajuizou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 54, no Supremo Tribunal Federal (STF), em que pede liminar para impedir a execução provisória de pena privativa de liberdade sem que haja decisão condenatória transitada em julgado. O partido também pede que sejam tornadas sem efeito as decisões judiciais que tenham determinado a prisão após condenação em segunda instância e a suspensão de verbetes sumulares, como a Súmula 122 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que determina a prisão de forma automática após a confirmação da sentença por um órgão colegiado.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 23 de abril de 2018.